
Percursos urbanos como método de reconhecimento do patrimônio cultural negro

Urban routes as a method of recognizing black cultural heritage

Meryelle Macedo da Silva
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Brasil
Rafael Ferreira da Silva
Universidade Regional do Cariri, Crato-Brasil
Henrique Cunha Junior
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Brasil

Resumo

A educação escolar ainda está arraigada a um pensamento eurocêntrico, o que é um empecilho para a compreensão da história da África e africanidades brasileiras, estas, formadoras de um patrimônio cultural. A Lei 10.639/03, busca suplantiar o eurocentrismo presente no currículo, e obriga a escola evidenciar o protagonismo social negro. Diante do contexto, objetivamos refletir sobre práticas pedagógicas que possibilitem o reconhecimento do patrimônio cultural negro enquanto efetivação da Lei 10.639/03. Nesse processo, analisamos a metodologia dos percursos urbanos. Fundamentados no método da afrodescendência, realizamos nossos percursos no município do Crato-Ce. Compreendemos que os percursos urbanos nos permitiram o reconhecimento de um patrimônio cultural material e imaterial negro, sendo assim, uma importante ferramenta pedagógica para a efetivação da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Educação escolar; Percursos urbanos; Patrimônio cultural negro.

Abstract

School education is still rooted in Eurocentric thinking, which is an obstacle to understanding the history of Africa and Brazilian Africanities, which form a cultural heritage. Law 10.639/03, seeks to supplant the Eurocentrism present in the curriculum, and obliges the school to show black social protagonism. In light of the context, we aim to reflect on pedagogical practices that enable the recognition of black cultural heritage while enforcing Law 10.639/03. In this process, we analyze the methodology of urban routes. Based on the method of African descent, we carry out our tours in the municipality of Crato-Ce. We understand that urban routes allowed us to recognize a black material and immaterial cultural heritage, thus being an important pedagogical tool for the implementation of Law 10.639/03.

Keywords: School education; Urban routes; Black cultural heritage.

1 Introdução

A educação escolar ainda está arraigada a um pensamento eurocêntrico de explicação da realidade, sendo um empecilho para a compreensão da história da África e das africanidades brasileiras, formadoras de um patrimônio cultural. Além disso, a forma estereotipada como a população negra é representada na escola, em especial, nos livros didáticos, corrobora para a continuidade do enraizamento do racismo, que estrutura a nossa sociedade. A Lei 10.639/03, busca suplantar o eurocentrismo presente no currículo, e obriga todos os sistemas de ensino, a refletirem sobre o modo como os conteúdos são trabalhados, no intuito de evidenciar o protagonismo social negro. Tal processo, incute a necessidade de práticas pedagógicas que auxiliem na apreensão da espacialidade negra em cada lugar.

Diante do contexto, objetivamos refletir sobre práticas pedagógicas que possibilitem o reconhecimento do patrimônio cultural negro enquanto efetivação da Lei.10.639/03. Nesse processo, analisamos a metodologia dos percursos urbanos, associados ao ensino de geografia, contribuem para a consciência espacial. Os percursos urbanos são caminhos traçados de forma sistemática no espaço da cidade ou do campo, com a finalidade de aprofundar as experiências cotidianas dos lugares, suas materialidades e imaterialidades sociais.

Para a realização deste trabalho, tivemos como base metodológica a pesquisa afrodescendente, a qual segundo Videira (2010), parte do reconhecimento da história e cultura do lugar, cuja espacialidade é marcada por valores africanos, vistos nas ambiências e nas formas de sociabilidade. Ao buscar aprofundar sistematicamente seus conhecimentos, o pesquisador se conecta fisicamente, mentalmente, emocionalmente e espiritualmente com o lugar pesquisado. O seu objetivo é compreender e transformar a realidade.

Realizamos nossos percursos no município do Crato, localizado ao sul do Estado do Ceará. O Crato possui um patrimônio cultural negro que ainda precisa ser reconhecido, de modo a compor novas narrativas sobre a espacialidade negra local. Nesse contexto, evidenciamos elementos para pensar as formas urbanas do centro-histórico, dos bairros negros e do campo. Compreendemos que os percursos urbanos nos permitiram o reconhecimento de um patrimônio cultural material e imaterial negro, sendo assim, uma importante ferramenta pedagógica para efetivação da Lei 10.639/03. Entretanto, afirmamos a

necessidade de acesso a afro referências, tendo em vista que as historiografias locais, via de regra, são limitadas em suas análises acerca da população negra e seu protagonismo social.

2 Refletindo sobre uma educação antirracista

A promulgação da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é fruto da atuação do movimento negro no intuito de superar o racismo, compreendendo a escola como campo privilegiado de enfrentamento às ideologias racistas que estruturam a sociedade brasileira. A importância da Lei 10.639/03, recai no fato de que ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica, abre caminho para sistematização de uma educação escolar antirracista, onde a população negra possa ter seu protagonismo desvelado, propiciando aos estudantes negras e negros a construção de uma identidade étnica que é histórica e cultural.

A Lei 10.639/03, é um mecanismo de luta contra o racismo estrutural, que se realiza enquanto projeto de poder sobre a população negra. Segundo Cunha Junior (2001) o racismo brasileiro propaga uma falsa ideia de inferioridade cultural negra, culpabilizando a população afrodescendente pelo atraso social e econômico em que se encontra. Tal pensamento, está arraigado a uma negação sistemática do racismo, embora seja perceptível na análise da história e nas relações sociais do presente.

Admitir a estrutura social racista favorece a elaboração de políticas públicas específicas e favoráveis à transformação da ordem dos fatores sociais, colaborando para o alcance da justiça social, que não se realizará descontextualizada da suplantação de uma dominação étnica. O fato de o racismo ser estrutural permite o seu enraizamento em todas as instâncias sociais, especialmente na escola. A educação, tem em sua base um pensamento eurocêntrico que se enraíza no currículo, nos materiais pedagógicos e nas relações pessoais.

Nesse contexto, Cunha Junior (s/d, s/p) nos fala sobre a forma como os estudantes negros se portam na escola, demonstrando aversão a aula, especificamente, quando o tema é o escravismo criminoso. “[...] As razões desta aversão são muito simples: o assunto é sempre tratado de forma inadequada e preenchido de preconceitos e racismo que inferiorizam a população negra [...]”. O escravizado sempre é restringido à sua força braçal, figurando como pessoa sem pensamento, portanto, incivilizada. Assim, os alunos negros não

conseguem identificar-se com o assunto debatido, pois seus ancestrais aparecem enquanto passivos diante da escravização.

O livro didático, sobretudo, o de história, reforça tal estereótipo, à medida que deixa de evidenciar o escravizado enquanto sujeito histórico e social (CUNHA JUNIOR, s/d). Os livros didáticos dificultam o processo de afirmação étnica, além de fortalecer práticas racistas “[...] quando insiste trazer, nos diversos conteúdos, uma história distorcida da África e de opressão da população africana [...]” (SILVA, 2018, p. 67). A escola ainda caminha timidamente na efetividade de práticas pedagógicas, às quais associadas a teorias não eurocêtricas, corroborem para uma educação antirracista, sendo oposição ao currículo eurocentrado. Nesse intento, é necessário que professoras e professores, compreendendo a educação como ato político, possam estudar sobre a África e as africanidades brasileiras, tendo em vista uma real sistematicidade da Lei.10.639/03.

Não adianta dizer que devemos tudo ao negro, se este tudo não é exemplificado e esclarecido em detalhes. Além do mais, devido ao racismo, os alunos negros são motivos de chacotas e insultos racistas pelos colegas. As piadinhas e chacotas com os negros não são simples brincadeiras. Elas são responsáveis pela desqualificação social da população negra (CUNHA JUNIOR, s/d, s/p).

É preciso descortinar a contribuição de africanas/os e afrodescendentes para a formação social do país, considerando as técnicas de matriz africana que foram especializadas no território brasileiro durante o escravismo criminoso, possibilitando o crescimento econômico e transformações sociais. Cunha Junior (2010) revela parte das influências técnicas da África sobre o Brasil durante o escravismo criminoso, a exemplo, da taipa, do adobe, dos trabalhos de tecelagem, carpintaria e marcenaria, da fabricação de sabão e da agropecuária.

Além das técnicas, a cultura africana tece africanidades nas formas de ser e estar no mundo do povo negro, influenciando a linguagem, a música, a dança, a espiritualidade a culinária, o topônimo dos lugares, etc. O conhecimento da cultura africana especializada e reelaborada no Brasil, é fundamental para superar a ideia errônea de escravizadas/os como objeto produtivo desprovido de racionalidade. O intuito é o de olhar para os nossos lugares buscando visibilizar os espaços afro marcados, na certeza de que existem e resistem. Não há como pensar a construção do espaço geográfico brasileiro sem a presença significativa dos povos africanos e seus descendentes. O conhecimento da cultura negra nos lugares decorre

na consciência do protagonismo social e cultural da negritude, que propicia a desconstrução de um estereótipo de inferioridade e, conseqüentemente, das falas e práticas racistas na ambiência escolar.

Enfatizamos que, embora eurocêntrica em seus espaços e currículos, a escola tem um papel de transformação social. Para tanto, é necessário que as instituições de ensino estejam comprometidas com a formação cidadã, reconhecendo que a cidadania se faz também pela constituição de uma autonomia de estudantes negras e negros. Silva (2018) considera a escola como “arma poderosa para combater os preconceitos e discriminações institucionais”, e, que alunas e alunos se vejam no espaço escolar tendo suas trajetórias de vida valorizadas.

Nesse processo, temos uma abertura para se trabalhar com o lugar, seja na condição de município ou de bairro, problematizando as características sociais e açambarcando os repertórios culturais, atrelados a uma análise geo-histórica. De acordo com Callai (2000) o conhecimento do lugar leva o aluno a compreender o mundo, pois o lugar materializa singularmente fatores que se realizam globalmente. Desse modo, compreender o lugar é ter uma consciência espacial, representativa de uma análise realmente crítica da realidade plausível de intervenção.

Através do lugar, podemos compreender como os fatores sociais complexos, especialmente a diáspora africana, ocorreram e transformaram os espaços, tendo em vista a presença de africanas/os e afrodescendentes, com suas técnicas e formas de ser e estar no mundo, que forjaram toda uma sociedade. A diáspora africana aconteceu em cada lugar, portanto, o estudo oportuniza a discente e o discente a conhecerem a espacialidade negra e o patrimônio cultural material e imaterial negro, com o qual convive cotidianamente, como uma ação política e de efetivação da Lei 10.639/03. De acordo com Silva (2018), a escola se mantém distante da realidade socioespacial das/os estudantes. O currículo não abarca as práticas sociais do alunado no tempo-espaço.

[...] Dessa forma, a escola comete erros atinados quando fala do lugar que nem ela mesma conhece, da vegetação que não sentiu, do clima que não experimentou, da cultura que não é a sua e do território que não percorreu. O sentimento do território local não é vivido e sentido pelos alunos. Os momentos poderiam render incalculáveis aprendizados para o conhecimento de si e do local onde estão circunscritos [...] (SILVA, 2018, p.38).

A escola precisa percorrer o seu território como forma de valorização da cultura negra local, incorporando a realidade vivida das/os estudantes à sala de aula, de modo a favorecer a consciência espacial sobre a dinâmica do lugar ao longo do seu processo histórico. É importante a ênfase de que, especialmente, no Brasil, a geograficidade não se desvincula da atuação de africanas/os e afrodescendentes. Seja no campo ou na cidade, as contribuições da população negra podem ser encontradas nas técnicas construtivas, nas especialidades do trabalho, nos cantos, nas danças, nos rituais, na espiritualidade, na culinária, nos valores ancestrais, nas mais diversas marcas existenciais representadas por um patrimônio cultural material e imaterial.

Por meio do estudo do território em que a escola está inserida, podemos enquanto educadoras e educadores, pensar estratégias pedagógicas de efetivação da Lei 10.639/03. Admitimos que o estudo dos espaços, com a finalidade de apreender o protagonismo negro, requer o acesso a leituras afro referenciadas que superam o eurocentrismo e sua limitação intelectual. Uma das estratégias de apreensão e compreensão do território, é a metodologia dos percursos urbanos, relevante para o ensino de geografia, realizando um trabalho interdisciplinar, reconhecendo as contribuições da população negra para os vários campos do conhecimento.

3 Sobre a metodologia dos percursos urbanos

Ao conhecer a historicidade negra podemos açambarcar um patrimônio cultural material e imaterial negro. Tal historicidade, é percebida na escrita espacial realizada pela população negra, que nos mostra o passado africano ressignificado no tempo, cujas reelaborações sociais condicionam novos sentidos acerca da unidade cultural africana, bem como do conjunto das africanidades brasileiras impressas no urbanismo, que podem ser apreendidas pelos percursos urbanos. Nesse contexto, os percursos urbanos podem propiciar a consciência da organização espacial, levando à compreensão da história da população africana e afrodescendente na formação da sociedade brasileira.

A metodologia dos percursos urbanos consiste no andar pelas ruas, buscando descortinar e valorizar os sentidos sociais empregados na forma-essência da materialidade. Para que isso ocorra “[...] depende, num primeiro momento, da observação da aparência, para posteriormente analisar seus aspectos sociais constitutivos [...]”. Ao observar a forma material é fundamental suplantar as lentes limitantes do pensamento eurocêntrico em

favorecimento do protagonismo social negro representado pelas africanidades, a exemplo das técnicas e tecnologias utilizadas, da divisão do trabalho, das geografias locais e da organização social, que influenciam a construção da memória coletiva e individual do lugar (SILVA; CUNHA JUNIOR, 2019, p. 203).

A análise do espaço não deve estar descontextualizada da realidade social, pois é a própria sociedade que constitui os elementos fundantes do espaço. A organização sistematizada do espaço dirá como será a dinâmica social e propiciará novas historicidades materializadas. A população negra escreveu espacialmente uma história. Assim, por meio das escritas geográficas, podemos evidenciar a trajetória africana e afrodescendente em determinado lugar.

A diáspora africana fomentou parte da essência, que constitui o espaço geográfico brasileiro. Para entender essa essência é de suma importância que, durante os percursos urbanos, haja um olhar atento às africanidades que dialogam diretamente com o acervo cultural na organização e reorganização do espaço no tempo. A elaboração dos artefatos culturais parte tanto do indivíduo, como do coletivo que formam os objetos dinâmicos no espaço. Santos (2014, p. 31) considera tal processo, como a metamorfose do espaço pelo ser habitado, que “[...] por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social [...]”.

A mutação do espaço condicionado pelas ações sociais deve ser um dos pontos a repercutir na construção da consciência espacial dos indivíduos. Os professores devem mediar o conhecimento geográfico sistematizado na escola alinhado à cotidianidade dos alunos (CALLAI, 2000). Nesse sentido, enfatizamos que os percursos urbanos auxiliam na compreensão da dinâmica social e facilita que as/os alunas/os entendam a complexidade do pensamento negro presente no urbanismo. Mas, é imprescindível que os profissionais da educação consigam associar os elementos da materialidade à história africana na constituição da cultura brasileira, suplantando a história única repassada pelo pensamento eurocêntrico.

Para suplantando a limitação histórica do eurocentrismo os profissionais da educação devem buscar novas fontes de pesquisa acerca da história do lugar, que possam auxiliar na compreensão da espacialidade negra, corroborando para construção de novas narrativas. Nesse processo, o conhecimento que alunas e alunos possuem sobre o cotidiano, deve ser

Percursos urbanos como método de reconhecimento do patrimônio cultural negro

instigado, valorizado e problematizado, de modo a constituir uma consciência espacial. É possível que a/o docente tenha acesso às africanidades, a exemplo de danças, cantos, especificidades do trabalho, construções arquitetônicas, as artes de modo geral, sem associá-las ao passado africano reelaborado em seu lugar. Desse modo, os percursos emergem como possibilidade de desvelamento de uma espacialidade negra.

A construção de novas narrativas sobre a historicidade dos nossos lugares nos territórios onde as escolas estão encravadas, exige, sobretudo, de professoras e professores disponibilidade para pesquisa, sendo imprescindível, a utilização de afro referências, além de um olhar sensível acerca do cotidiano do lugar, do que precisa ser desvelado para compor o repertório cultural negro. Embora não sendo fácil, ações como essa, corroboram para o redimensionamento do ensino, onde a efetivação da Lei.10639/03 não se restringe a atitudes pedagógicas pontuais, mas se dão continuamente e de modo complexo. Reverberamos ainda, tal postura como ato político, próprio à educação escolar, sobretudo, quando nossa finalidade é uma educação antirracista.

Guiadas/os pela metodologia dos percursos urbanos e, dependendo dos objetivos da atividade, as/os professoras/es podem convidar pessoas da comunidade para realizar os percursos, instigando-as a elencar os lugares de memórias, que evocam sentimentos de pertença. É importante ainda, ter conhecimento da existência de moradoras/es mais velhos, que podem ter muito a falar sobre a historicidade do lugar. Além da comunidade, é interessante convidar pesquisadoras/es que auxiliem as/os estudantes a reconhecerem as africanidades materializadas e constituídas de imaterialidades sociais, para a valorização das experiências, tendo autonomia para falar de si e das suas ambiências sociais. É importante instigá-los a darem respostas às perguntas surgidas no caminho, bem como formular questionamentos que levem à necessidade de um novo percurso, uma nova aula, uma nova pesquisa.

Existem variadas formas de apreender as especificidades negras encontradas no caminho percorrido. Aqui, elencamos o registro iconográfico, em que as/os estudantes irão fotografar os objetos geográficos ou as manifestações culturais que lhes evocaram certezas ou dúvidas, mas que foram significativas para o aprendizado acerca da cultura negra. Considerando que nem todos os estudantes têm acesso a celulares ou câmeras fotográficas, é relevante o trabalho com desenho, poesia, conto e música. Embora construídos num

segundo momento, essas linguagens geográficas seriam pertinentes para a inclusão de todos no processo de ensino e aprendizagem geográfica.

Os resultados da sistematicidade dos percursos urbanos decorrerão dos objetivos elencados. Anteriormente à realização dos percursos, cabe a/ao professora/or questionar: Qual olhar precisa ser ampliado? Qual paisagem deve ser descortinada? Quais saberes e fazeres devem ser conhecidos? Qual caminho deve ser percorrido? Embora a metodologia dos percursos urbanos estabeleça uma relação de pertencimento entre as/os estudantes e o lugar, não pode ser colocada em prática de qualquer forma. É preciso que professoras e professores instiguem um olhar que é, ao mesmo tempo, sistemático e sensível. Dentre os caminhos que poderiam ser traçados em torno da apreensão do patrimônio cultural negro, nos detemos às formas presentes no espaço urbano e rural do município do Crato-Ceará.

Especialmente na cidade do Crato, a efetivação da Lei 10.639/03, é de fundamental importância, tendo em vista, que persiste uma história eurocêntrica que busca retirar o protagonismo da população negra e também indígena no processo de formação e transformação do espaço geográfico. Considerando os percursos urbanos enquanto ferramenta pedagógica de sistematicidade da Lei 10639/03, pretende-se um reposicionamento da história da população negra na educação, resgatando os sentidos étnicos das formas urbanas.

3.1 Percursos urbanos e o reconhecimento do patrimônio cultural negro do Crato-Ce

O município do Crato está localizado na microrregião do Cariri, ao sul do Estado do Ceará. Sua gênese, considerando o processo de dominação da Coroa Portuguesa, ocorreu no século XVIII a partir do aldeamento indígena, intitulado Missão do Miranda. De acordo com Gurgel (2012) os indígenas foram aldeados em 1740 no mesmo local onde hoje se encontra a Praça da Sé. A primeira capela da Missão, erguida em taipa, deu lugar a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha. Segundo Farias Filho (2007) foi nesse núcleo embrionário que o território cratense se desenvolveu urbanisticamente. Entretanto, na primeira metade do século XIX as transformações urbanas foram incipientes, pois a efervescência social estava presente no meio rural, representadas pelas atividades da pecuária e da agricultura. Essa realidade tende a mudar na segunda metade do século XIX, quando a cidade ganha novos equipamentos urbanos. O comércio local se fortalece com a existência de grandes lojas, das

feiras livres e também com a exportação, sobretudo para Icó e Aracati, de produtos provenientes do campo.

A conquista do vasto território brasileiro, onde incluímos a sistematicidade de ciclos econômicos, esteve atrelada a atuação de africanas/os e afrodescendentes, que produziram geografias através de uma complexidade de conhecimentos. As técnicas construtivas, a pecuária e a agricultura, são alguns dos conhecimentos que nos levam a pensar a espacialidade negra no Crato.

A partir da existência de uma construção em taipa, especificamente, a capela do antigo aldeamento, problematiza-se a presença de africanas/os, afrodescendentes e suas realizações culturais. De acordo com Cunha Junior (2010, p. 28), a taipa de mão e a taipa de pilão “[...] são técnicas construtivas com terra crua para casas e edifícios, encontradas em grande escala no período colonial, mas em uso até hoje, e que foram introduzidas e difundidas no Brasil pelos africanos [...]”.

Além da taipa, podemos vislumbrar nas formas urbanas cratenses, o uso do adobe, o trabalho com a madeira (carpintaria e marcenaria) principalmente nas igrejas, a utilização do ferro para fabricação de janelas, portas e portões, as filosofias africanas presentes nas fachadas dos prédios, como os desenhos fractais, etc. Acreditamos que, não é possível uma análise contundente da espacialidade cratense desvinculada da ambiência cultural negra. Enfatizamos que, a materialidade possui um conteúdo social e, com isso, temos a oportunidade de conhecer a história no presente, os aspectos econômicos, culturais, afetivos e espirituais de determinado período histórico, considerando o grupo étnico responsável pelas geografias locais.

No contexto dos ciclos econômicos, temos a pecuária como atividade preponderante. Cunha Junior (2011) nos fala que a entrada forçada de africanas/os no Brasil altera a fauna local, a exemplo, a introdução do gado bovino, repercutindo na existência da pecuária em sua complexidade de conhecimentos. O Ceará, teve nas populações quenianas, suas maiores influências na cultura do gado. Tal fato, é percebido no topônimo das localidades cearenses, como o município de Mombaça, marcado historicamente pela forte influência da pecuária. Mombaça também é o nome de uma das maiores cidades quenianas.

Assim como aconteceu em Mombaça, a pecuária influenciou notadamente a economia do Crato. E um lugar caracterizado pela forte economia pecuarista tem,

consequentemente, uma forte espacialidade negra. Compreendemos que, o trato do gado, exigia saberes específicos em torno da criação, do abatimento, da preparação de alimentos, como a carne de charque, da utilização do couro para elaboração de determinados objetos, como recipientes, chapéus, selas e gibões, bem como o uso dos animais para o transporte de mercadorias.

A agricultura foi amplamente difundida no território cratense, sobretudo, a plantação da cana-de-açúcar, considerando as especificidades climáticas e as potencialidades hídricas do lugar. Diferentemente de outras áreas do Ceará, a cana ganhou terreno fértil pela existência de vários engenhos que variavam entre os hidráulicos, de tração animal, e de ferro. Os principais produtos comercializados no Crato foram a rapadura e a aguardente. Cunha Junior (2015, p. 105) enfatiza que o funcionamento do engenho ficava a cargo dos africanos e seus descendentes, devido ao conhecimento técnico e de engenharia que possuíam. O engenho necessitava de especialidades do trabalho e de uma diversidade “[...] de máquinas e produtos. Desde produtos cerâmicos, como tijolos e recipientes de barro [...] até grandes estruturas de madeira como moendas e instrumentos de ferro [...]”.

A análise dos engenhos de cana-de-açúcar não deve estar descontextualizada do trabalho com o gado. Aqui, chamamos atenção não apenas para a existência de engenhos de tração animal, mas também para a distribuição dos produtos para exportação ou para as feiras locais, pois nos conta Farias Filho (2007), até o surgimento dos automóveis e do trem no município do Crato, o transporte dos produtos era feito em carros de bois, puxados também por jumentos e burros. Segundo Cunha Junior (2015, p.105) “[...] O transporte, tanto de cargas de mulas como de cargas em carros e carroças [...] produziu equipamentos, peças e rodas e envolveu soluções de geometrias complexas e originais [...]”.

A partir da segunda metade do século XIX, reformas urbanas são realizadas na cidade no intuito de expulsar a população negra da área central. As pessoas passam a ocupar as periferias da cidade, dando surgimento aos bairros negros. A expansão dos bairros negros se intensifica na segunda metade do século XX em razão dos auspícios de industrialização, que favoreceu a entrada de um contingente populacional vindo do campo, em busca de melhores condições de vida na cidade. De acordo com Cunha Junior (2017), os bairros negros se caracterizam como espaços historicamente construídos por uma etnia negra, que espacializa e reelabora cultura como forma de existência e resistência ao racismo urbano. Por ser lugar,

Percursos urbanos como método de reconhecimento do patrimônio cultural negro

em sua maioria de afrodescendentes, esses bairros ficam à margem das ideias urbanísticas, o que se verifica pela vulnerabilidade social.

Diante do exposto, podemos inferir que existe uma espacialidade negra no Crato, que precisa ser conhecida, de modo a confrontar narrativas que invisibilizam ou negam a presença negra no lugar. Cabe à educação, prezar por uma construção cidadã e antirracista. E, para isso, é preciso a efetivação de práticas pedagógicas, como é o caso dos percursos urbanos, que propiciem o conhecimento do protagonismo negro, além de problematizar a situações de vulnerabilidade em que se encontra a população negra, em razão do racismo que estrutura a sociedade.

Ao percorrer parte do território cratense, conseguimos açambarcar um patrimônio cultural negro presente no espaço urbano e rural. Iniciamos nosso percurso no centro histórico, exatamente na Praça da Sé, local onde surgiu a Missão do Miranda, núcleo embrionário citadino. Segundo Farias Filho (2007) a Missão do Miranda é instituída Vila Real do Crato, em 1764. Figueiredo Filho (1971, p. 17 apud FARIAS FILHO, 2007, p. 74) ao analisar uma planta de 1817, sinaliza que “A Vila do Crato era um pequeno aglomerado urbano. O Centro da vila era o quadrado da matriz tendo a Igreja como edifício principal [...]”. Além da cadeia pública, existia no local o “Senado da Câmara Municipal”.

Acreditamos que o Senado da Câmara Municipal é o atual Museu de Fósseis do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O referido prédio possui cobertura em duas quedas-d'água. Segundo Weimer (2008, s/p) esse tipo de construção é endêmica “da costa setentrional de Angola e em toda a ilha de Madagascar”.

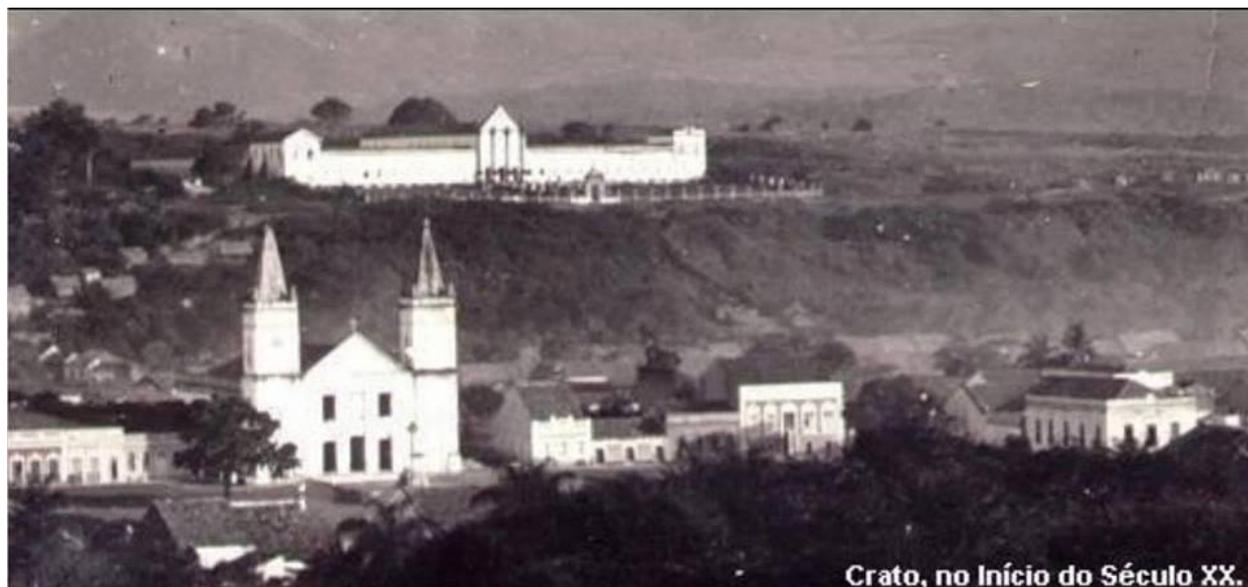
A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha também merece destaque. Com uma arquitetura imponente, podemos vislumbrar um trabalho especializado de carpintaria, percebido na escada existente em seu interior e de marcenaria, nos detalhes das portas e janelas. Cabe citar Cunha Junior (2010, p. 33), para quem “[...] A amplitude dos usos da madeira foi muitíssimo mais intensa no Brasil do que era em Portugal devido à presença africana no Brasil”.

Em nossos percursos, observamos as novas funções das edificações centrais, tendo em vista, que muitas deixaram de ser residências e se tornaram espaço comercial, cujas platibandas escondem as fachadas antigas, que nos remetem a determinado tempo histórico e suas geografias negras. Consideramos ainda, a relevância de refletir acerca da feira, como

aponta Oliveira (2013) que as feiras livres são uma atividade comercial e cultural africana, disseminada no Brasil com o escravismo criminoso.

Outro ponto relevante é atentar sobre a substituição dos antigos nomes das ruas e praças centrais às reformas urbanas, problematizando o que se desejou retirar do espaço como mecanismo de apagamento de uma história e de uma cultura. É, no contexto das reformas urbanas, que surgem e/ou se consolidam os bairros negros da cidade, a exemplo do bairro Seminário, Vila Alta, Batateiras e Alto da Penha. Nesses bairros, existem uma cultura negra percebida na espiritualidade, nas danças, músicas e ritmos, que embalam o cotidiano, nas construções antigas, fruto de uma técnica de matriz africana, nos ofícios desempenhados pelos moradores locais, como pedreiro, marceneiro, ferreiro e quituteiras, nos lugares da memória e de sociabilidade. Mas, nesses bairros persistem também uma vulnerabilidade social, o que nos leva a refletir sobre a importância da educação escolar, enquanto instrumento de enfrentamento do racismo que ultrapassa os muros da escola. Na Figura 1, vemos o Crato no Início do século XX, com destaque para a Igreja Matriz e algumas construções da época, além do bairro Seminário ao fundo, representado pelo Seminário São José.

Figura 1: Cidade do Crato no início do século XX



Fonte: Memória Histórica do Crato. Disponível em: <<https://www.facebook.com/historiadocrato>>. Acesso em: 16 out. 2021.

Percursos urbanos como método de reconhecimento do patrimônio cultural negro

Na continuidade dos nossos percursos, adentramos a zona rural. Por onde caminhamos encontramos um patrimônio cultural negro impresso no tempo-espaço, como casarões, casas de taipa de mão, currais e os engenhos de cana-de-açúcar, sendo objeto principal de nossa análise. Cunha Junior (2010) afirma que as culturas africanas se apresentam no espaço geográfico de maneira diversa, a exemplo da organização do trabalho africano e afrodescendente nos engenhos.

O funcionamento dos engenhos depende de diversos ofícios, como o de carpinteiro, pedreiro, domesticador de animais para a tração das moendas, de ferreiro, de mestre de açúcar e rapadura. Tais ofícios, realizados por africanos e seus descendentes, necessitavam de conhecimentos geográficos, matemáticos, químicos e físicos. Desse modo, não há como pensar os engenhos descontextualizados das práticas sociais ligados à ancestralidade africana, tendo em vista a divisão do trabalho que revela a complexidade do pensamento africano.

De acordo com Rodrigues e Ross (2020), para a produção do açúcar é necessário conhecimentos acerca do plantio da cana, do corte, do aparelhamento, da extração do sumo, da tipologia do solo, como também a presença do carregador, a construção das moendas, das cangas dos animais e etc. A preparação do açúcar depende da presença do mestre do açúcar, pois é ele quem rege a produção, o preparo, o controle da temperatura das caldeiras e delibera as funções dos trabalhadores.

Os detalhes inseridos na formação dos engenhos permitem a problematização dos conhecimentos de base africana que influenciam a dinâmica espacial, repercutindo no protagonismo africano e afrodescendente a nível de lugar. Ao problematizar a história de determinado engenho, a/o professora/or pode despertar a curiosidade das/os alunas/os em querer saber algo a mais. Nesse processo, considerando um engenho de madeira, as/os docentes podem elencar perguntas a partir da escolha da madeira correta para a construção das moendas, hastes, prensas, rodas e parafusos, como também da organização social do trabalho dentro e fora dos engenhos, tendo em vista a suplantação de ideias racistas que limitam a população negra a simples força braçal descontextualizada de uma racionalidade.

Ainda existem no município do Crato, engenhos em bom estado de conservação e também em estado de ruínas. No trabalho em questão, evidenciamos o engenho de tração animal situado no Parque Estadual do Sítio Fundão, que segundo Gonçalves (2011) data do

final do século XVIII. De acordo com Figueiredo Filho (2010) no referido engenho era produzido doce, rapadura e aguardente. Os produtos se destinavam ao consumo interno, mas também ao mercado local. Os cambiteiros eram os responsáveis pelo transporte da mercadoria tanto para a feira livre, que acontecia semanalmente, como para sítios do entorno, onde havia trocas de produtos, a exemplo do que acontecia no Sítio Bebida Nova. O acesso entre o Sítio Fundão e o Sítio Bebida Nova se dava por uma estrada que seguia o curso do rio Batateiras. As trocas dos produtos entre esses dois lugares eram de frutas, rapadura, doces e aguardente.

É possível observar na estrutura do engenho do Sítio Fundão a técnica com a madeira, percebida nos encaixes, na roda, na engrenagem e nas hastes para apoiar os animais. Cabe ressaltar que esse engenho é elaborado em madeira, mas a prensa e os parafusos são de ferro. Além dos detalhes da estrutura, atentamos para a escolha da posição geográfica. O engenho foi posicionado intencionalmente e estrategicamente para utilizar as águas do rio Batateiras que passa dentro do sítio que, no período de funcionamento do engenho, possuía maior vazão. Para barrar a água do rio foi construído um paredão de pedra, onde verificamos uma perfuração, a qual acreditamos que servia para canalizar a água até o engenho. Na figura 2, vemos o engenho de cana-de-açúcar do Sítio Fundão, que era de tração animal. Em 2018, um incêndio de grande proporção atingiu o sítio e boa parte do engenho foi destruída, o que nos leva a atuar no sentido de preservar o que restou, enquanto marca da história local.

Figura 2: Engenho-de-açúcar do Sítio Fundão



Fonte: Barbalha Esquecida. Disponível em:<<https://barbalhaesquecida.home.blog>>. Acesso em 16 out.2021.

Por meio dos percursos urbanos, tanto no espaço da cidade, como no meio rural, percebemos uma complexidade de conhecimentos africanos que nos levam a superar ideias eurocêntricas de explicação da realidade. Nosso intuito foi despertar um olhar sensível para o patrimônio negro dos nossos lugares, pedagogizando as experiências como mecanismo de efetivação da Lei.10.639/03.

4 Considerações finais

A escola, ainda reproduz pensamentos eurocêntricos de explicação da realidade, que por ser intencionalmente limitante, não nos permite a compreensão acerca da contribuição de africanas/os e afrodescendentes para a formação social brasileira, incluindo o patrimônio cultural. A Lei 10.639/03 propicia, obrigatoriamente, a superação de concepções estereotipadas e limitantes sobre a população negra, e se converte num mecanismo para conhecer o passado africano e africanidades brasileiras. Para tanto, são necessárias práticas pedagógicas condizentes com o alcance do protagonismo social negro, como é o caso dos percursos urbanos.

Compreendemos a metodologia dos percursos urbanos como relevante para a apreensão da espacialidade negra, vislumbrada no patrimônio cultural de determinado lugar. Evidenciando a nossa própria realidade, elencamos possibilidades para que professoras e professores possam refletir sobre os territórios onde as escolas estão inseridas, açambarcando os artefatos materiais e imateriais forjados por uma matriz cultural africana. Nossos percursos aconteceram no município do Crato, onde persiste uma historiografia eurocêntrica que marginaliza a contribuição de africanas/os e afrodescendentes para a formação e transformação do espaço geográfico, que torna ainda mais necessária, práticas pedagógicas favoráveis ao reconhecimento das geografias negras. Percebemos um acervo cultural negro presente nas formas urbanas da cidade e do campo, e afirmamos a necessidade desse conhecimento adentrar os espaços escolares, repercutindo em novas narrativas sobre o lugar.

Referências

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOANNI, Antonio. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83-134.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, Fortaleza, Ano. 23, v.2, n. 42, p. 1-11, 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14 n. 166, p. 106-111, mar. 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: epistemologia dos currículos e prática pedagógica. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, Educação, Formação e Crioulidade., 2017, Cidade de Praia, Cabo Verde. **Anais eletrônicos...**, 3 UniCV, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/CASA/Downloads/galao-proceedings--coloquio--60311%20(2).pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura afrocearense. In: **Artefatos da cultura negra no Ceará**. CUNHA JUNIOR et al. (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 102-132.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Os negros não se deixaram escravizar**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre_2015/os_negros_nao_se_deixam_escravizar.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

FARIAS FILHO, W. A. **Crato**: evolução urbana e arquitetura 1740- 1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenho de Rapadura do Cariri**. Coedição Secult. Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. **"O fogo não está morto"**: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GURGEL, Ana Paula C. **Entre serras e sertões**: a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) na Região Metropolitana do Cariri/CE. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. **Feira Livre de Bodocó**: Memórias, Africanidades e Educação. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos.; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil**: perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Uberlândia. EDUFU, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos em Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Meryelle Macedo da; CUNHA JUNIOR, Henrique. Percursos urbanos como forma de pesquisar o patrimônio afrocratense. **GeoTextos**, vol. 15, n. 2, dez., p. 199-215, 2019.

SILVA, Samuel Morais. **Baobando em uma formação de raiz africana com professoras(es) e núcleo gestor da educação básica na cidade de Crato-CE**. 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira)-Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação**. 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) -Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

WEIMER, Gunter. **Interrelações arquitetônicas Brasil África**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul 28 de maio de 2008. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20-%20Interrela%C3%A7oes%20Arquiteticas%20Brasil-Africa.pdf>> . Acesso em: 9 out. 2021.

Sobre os autores

Meryelle Macedo da Silva

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Especialista em Geografia e Meio Ambiente (URCA), graduada em Geografia (URCA) e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER).

E-mail: meryellerodrigues@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7233-7281>

Rafael Ferreira da Silva

Graduando em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Pesquisador das relações étnicas no Cariri cearense. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER)

E-mail: rafaelferreira688@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5607-0273>

Henrique Cunha Junior

Professor titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em Engenharia pelo Instituto Politécnico de Lorraine, França, Mestre em Engenharia e História, Pesquisador sobre as populações negras, história da tecnologia africana e urbanismo africano. Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra.

E-mail: hcunha@ufc.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9664-5545>

Recebido em:19/12/2021

Aceito para publicação em: 28/03/2022